



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA (CIA)
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

IOLANDA NÁDIA DE OLIVEIRA ARAÚJO

**CRESCIMENTO DESORDENADO DA PERIFERIA DA CIDADE DE BOA
VISTA/PB: UM ESTUDO DE CASO**

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

IOLANDA NÁDIA DE OLIVEIRA ARAÚJO

**CRESCIMENTO DESORDENADO DA PERIFERIA DA CIDADE DE BOA
VISTA/PB: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Área de concentração: Social e urbano

Orientadora: Prof^ª. Ms. Maria das Graças
Ouriques Ramos

**CAMPINA GRANDE – PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663c Araújo, Iolanda Nadia de Oliveira.
Crescimento desordenado da periferia da cidade de Boa Vista - PB [manuscrito] : um estudo de caso / Iolanda Nadia de Oliveira Araújo. - 2020.
33 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Maria Das Graças Ouriques Ramos, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."
1. Planejamento urbano. 2. Crescimento populacional. 3. Ocupação desordenada. I. Título

21. ed. CDD 711.4

IOLANDA NÁDIA DE OLIVEIRA ARAÚJO

**CRESCIMENTO DESORDENADO DA PERIFERIA DA CIDADE DE BOA
VISTA/PB: UM ESTUDO DE CASO**

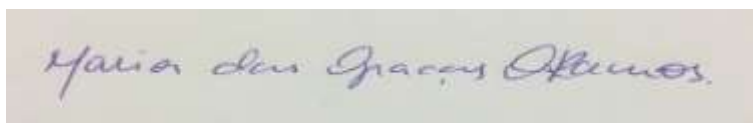
Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Área de concentração: social e urbano

Orientadora: Prof^ª. Ms. Maria das Graças Ouriques Ramos

Aprovado (a) em: 04/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Ms. Maria das Graças Ouriques Ramos (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^o Ms. Francisco Evangelista Porto
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.^ª Dr.^ª Joana d'Arc Araujo Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba

Ao meu Deus, por toda força e superação,
DEDICO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Município de Boa Vista/PB.....	9
Figura 2 – Mapa do Estado da Paraíba, destacando o Município de Boa Vista/PB.....	9
Figura 3 – Mapa da Paraíba dividido em Mesorregiões.....	9
Figura 4 e 5 – Visão Geral das Ruas.....	22
Figura 6 – Rua 1 – sem calçamento.....	23
Figura 7 – Imagem da Rua 2.....	23
Figura 8 – Imagem da Rua 3.....	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PB.....	9
2.1 Localização Geográfica do Município pesquisado.....	9
2.2 Processo Histórico-culturais.....	10
2.3 Aspectos Demográficos.....	11
2.4 Base Econômica do Município de Boa Vista/PB.....	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3.1 Breve História sobre o Surgimento das Cidades.....	12
3.2 Produção do Espaço urbano.....	13
3.2.1 Processo de Urbanização.....	13
3.2.2 As Políticas de Desenvolvimento Urbano.....	14
3.2.3 O Crescimento das Cidades e Problemas da Urbanização.....	16
3.3 Os Problemas Urbanos Decorrentes das Ocupações Irregulares.....	17
3.3.1 Urbanização Excedente: a periferia.....	18
3.4 Processo de Urbanização das Cidades Brasileiras.....	19
3.4.1 Planejamento e Política Urbana Brasileira.....	20
4. METODOLOGIA.....	21
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5.1 Caracterização das Ruas Pesquisadas: Ruas 1, 2 e 3.....	22
5.2 Perfil dos Moradores das Ruas Pesquisadas.....	24
5.3 Nível de Conhecimento dos Moradores Entrevistados das Ruas 1, 2 e 3.....	25
5.4 Crescimento Desordenado das Ruas na Visão dos Entrevistados.....	26
5.5 Principais Fatores de Influência para o Crescimento Desordenado das Ruas Analisadas.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE 1 – Modelo de questionário/entrevista aplicado aos moradores da(s) rua(s) da periferia da cidade de Boa Vista/PB.....	31

CRESCIMENTO DESORDENADO DA PERIFERIA DA CIDADE DE BOA VISTA/PB: UM ESTUDO DE CASO

ARAÚJO, Iolanda Nádia de Oliveira¹

RESUMO

As discussões em torno desse documento vem destacar como ponto importante, o planejamento geográfico para a organização ocupacional de uma cidade, visando trazer maior comodidade e qualidade de vida dentro da oferta e procura pelos serviços públicos como garantia dos direitos dos cidadãos da periferia da cidade de Boa Vista/PB, os quais são participantes de uma sociedade que cresce e se desenvolve diante de ações para uma coletividade, sendo de responsabilidade da gestão pública a efetivação desses direitos. Diante do exposto, os objetivos dessa pesquisa foram: analisar o crescimento desordenado de três ruas da periferia da cidade de Boa Vista, apontar as dificuldades enfrentadas pelos moradores quanto a falta de infraestrutura das referidas ruas e identificar o perfil socioeconômico dos mesmos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória e aplicação de um questionário aos moradores das ruas em questão, que forneceram dados indispensáveis para a análise da problemática, baseado em Gil (2007) e Ferreira (2015); imagens fotográficas, além de autores especializados na temática da urbanização, a exemplo de Brasil, Carlos, Mares, Reis, Bernardes, Libório, Tonella entre outros, que fundamentou significativamente as reflexões sobre a formação desordenada das cidades e suas consequências para a vida da população. Os dados coletados com os moradores das ruas periféricas observadas refletem o conhecimento da população, suas necessidades e a ausência de projetos arquitetônicos para a projeção das cidades, problemáticas que podem surgir a longo prazo e que as possíveis soluções já utilizadas em cidades de referência que tem como objetivo o bem estar da população e o emprego dos recursos públicos com responsabilidade.

Palavras-Chave: Planejamento urbano. Crescimento populacional. Ocupação desordenada.

¹Graduanda do Curso de Geografia - UEPB

DISORDERED GROWTH OF THE CITY OUTSIDE OF BOA VISTA / PB: A CASE STUDY

ARAÚJO, Iolanda Nádia de Oliveira¹

ABSTRACT

The discussions around this document highlight as an important point, the geographical planning for the occupational organization of a city, aiming to bring greater convenience and quality of life within the offer and demand for public services as a guarantee of the rights of citizens from the periphery of the city of Boa Vista / PB, who are participants in a society that grows and develops in the face of actions for a community, and the responsibility of public management is to enforce these rights. In view of the above, the objectives of this research were: to analyze the disordered growth of three streets on the outskirts of the city of Boa Vista, to point out the difficulties faced by the residents regarding the lack of infrastructure in those streets and to identify their socioeconomic profile. This is an exploratory bibliographic research and the application of a questionnaire to the residents of the streets in question, who provided essential data for the analysis of the problem, based on Gil (2007) and Ferreira (2015); photographic images, in addition to authors specialized in the theme of urbanization, such as Brazil, Carlos, Mares, Reis, Bernardes, Libório, Tonella, among others, which significantly grounded the reflections on the disorderly formation of cities and their consequences for the population's life. The data collected from the residents of the observed peripheral streets reflect the knowledge of the population, their needs and the absence of architectural projects for the projection of cities, problems that may arise in the long term and that the possible solutions already used in reference cities that have the objective is the well-being of the population and the responsible use of public resources.

Keywords: Urban planning. Population growth. Disordered occupation.

¹ Undergraduate in the Geography Course - UEPB

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização desordenado das cidades está atrelado ao crescimento populacional não acompanhado de planejamento, desde a revolução industrial. No Brasil entre as décadas de 60 e 90 do século XX, houve um crescimento desordenado das cidades em decorrência, principalmente, do êxodo rural, passando de um país ruralista para uma população, predominantemente urbano.

Com o aumento da população urbana, crescem os riscos ao bem está das pessoas, a falta de saneamento básico e um processo de planejamento urbano adequado acarretando graves problemas de ordem pública, social e ambiental. Para Reis et.al;(2013), são decorrentes de um processo de industrialização e urbanização selvagem, desorganização pela falta de recursos de interesses de planejamento e políticas de desenvolvimento de municípios.

A cidade de Boa Vista, no interior da Paraíba, é um exemplo claro dessa situação, justamente, como a grande maioria dos municípios brasileiros teve seu processo de urbanização construído sem um planejamento específico a sua realidade que considerasse as necessidades da população, suas possibilidades e recursos disponíveis, algo comum em todo o Brasil em que a grande parte dos imóveis foram construídos em áreas de riscos e sem fiscalização adequada podendo gerar muitos transtornos aos munícipes.

Dessa forma, esse estudo se divide em três pontos, para discutir as problemáticas que cercam a urbanização no Brasil e em específico no Município de Boa Vista. Destacando no primeiro a apresentação dos pontos discutidos como forma de construir para o leitor uma visão geral dos desafios, possibilidades, meios e ações práticas para a mudança da urbanização como forma de beneficiar a toda sociedade, se constituindo um grande desafio.

O segundo, traz a caracterização do município de Boa Vista, a localização geográfica, expansão territorial, desenvolvimento cultural, aspectos demográficos e organização econômica. Revelando que a cidade, tem em sua maioria, uma população urbana com muitas atrações no artesanato, feito por mulheres na cooperativa, com muitos espaços disponíveis na zona rural que também se expande com a criação de cabritos e seus derivados.

Já o terceiro ponto, retrata como as cidades surgiram no início dos tempos tendo seu avanço concretizado com o movimento da industrialização, como também a formação desses espaços urbanos que se concretizaram sem uma visão arquitetônica supervisionada para trazer segurança em tempos futuros, acarretando, assim, diversos transtornos as populações de baixa renda o que gerou a necessidade da atuação legal para regulamentar a urbanização através da Constituição Federal de 1988.

Continuando com a urbanização frente as ocupações irregulares que se implantaram pela fragilidade das fiscalizações, fomentando o surgimento da periferia e suas problemáticas para a vida em sociedade. Finalizado com o processo de urbanização das cidades brasileiras, o planejamento e a política de urbanização baseada no Estatuto da Cidade como forma de promover a equidade, valorização, respeito e dignidade de todos os cidadãos que precisam ter seus direitos de moradia, infraestrutura, segurança, saúde e educação de qualidade.

Nesse sentido, o objetivo principal dessa pesquisa foi analisar o crescimento desordenado de três ruas da periferia da cidade de Boa Vista; apontar as dificuldades enfrentadas pelos moradores quanto a falta de infraestrutura das referidas ruas e identificar o perfil socioeconômico dos mesmos. Visto que a urbanização para o desenvolvimento futuro e coletivo de uma comunidade precisa dar oportunidade a todos de viver em um ambiente de igualdade de direitos, visto que a classe trabalhadora ainda representa, em sua grande maioria, a sustentabilidade da economia do país, que embora seja desigual em sua condição, necessita da luta popular para fazer valer as leis e o envolvimento dos governantes para a transformação da periferia em um lugar de qualidade de vida para todos.

2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PB

2.1 Localização Geográfica do Município Pesquisado

De acordo com o site do portal da cidade de Boa Vista (BRASIL,2019), o município, possui uma área de, aproximadamente, 476,5 km² - o que totaliza 0.8443% do Estado; 0.0307% da Região Nordeste e 0.0056% do território brasileiro. A sede (Figura 1), tem uma altitude de aproximadamente, 496 m, dista 50 km da cidade de Campina Grande e 170 Km da Capital do Estado, João Pessoa. As entradas de acesso ao município são por João Pessoa através das rodovias BR 230 e BR 412.

Figura 1: Localização do município de Boa Vista-PB



Fonte: Arcgis Eart. Adaptado por: Oliveira, N. I. 2019.

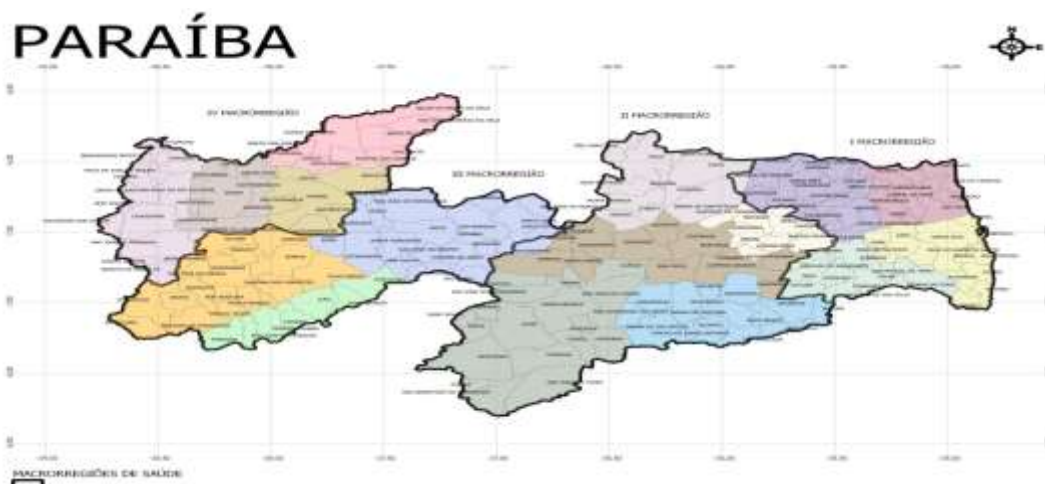
Boa Vista, faz divisa ao Norte com os municípios de Soledade, 28 km e Pocinhos 32,5 km; Oeste com Gurjão a 26 km e São João do Cariri 32,5 km; ao Sul com Cabaceiras 22,5 km e Boqueirão 26 km; ao Leste com o município de Campina Grande e se incluindo na Microrregião deste, conforme figura 2, (BRASIL, 2019).

Figura 2: Mapa do Estado da Paraíba, destacando o município de Boa Vista



Fonte: IBGE adaptada OLIVEIRA, I.O (2018)

Figura 3: Mapa da Paraíba dividido em Mesorregiões



Fonte: https://imgsearch.org/images/p/aguiar%2C_para%C3%ADba#images-1, 2019.

Nos dados da SUDENE, o município se encontra inserido na folha relacionada a cidade de Soledade que é uma das que estabelece limite. O município se encontra localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano (Figura 3).

A altitude chega a 476 m, com coordenadas geográficas que chegam a -7.26612 de Latitude e -36.2339 de Longitude, bem como as coordenadas geográficas sexagesimais de 7° 15' 58" ao Sul de Latitude e 36° 14' 2" a Oeste de Longitude. O clima é tropical com temperatura anual em torno de 25°C, com uma vegetação de área da Caatinga que varia de herbácea para arbustiva (BRASIL, 2019).

2.2 Processo Histórico-culturais

Boa Vista se destaca pelo empreendedorismo artesanal, fundando em 2005 uma cooperativa artesanal chamada “As Cabritas de Boa Vista LTDA”, que partiu da ideia de um grupo de voluntários da própria cidade que percebeu a potencialidade da comunidade em produzir diversos produtos artesanais de qualidade que podiam ser muito bem representado e aceito pelos consumidores de outras localidades. Com o intuito de promover e gerar emprego e renda para muitas mulheres do município, com habilidades bem como a oportunidade de mostrar o potencial nas feiras realizadas no Estado da Paraíba e em diversas regiões do país, tornando o produto conhecido e abrindo portas para a expansão do trabalho com inúmeras encomendas para diversas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (BRASIL, 2019).

Ainda, de acordo com BRASIL (2019), o nome da cooperativa foi escolhido através de um concurso realizado com a participação dos alunos da rede municipal de Boa Vista, que construíram a logomarca da empresa que a muito tempo vem desenvolvendo e divulgando sua arte na cidade, com a imagem de um animal – o cabrito, que é fortemente autêntico na microrregião do Cariri paraibano. Atualmente, a empresa conta com a participação ativa de 24 cooperados que produzem vários produtos artesanais do crochê, macramê, fuxico e ponto cruz; objetos únicos, ricos em beleza e valor comercial, como bolsas, sandálias, almofadas, roupas, toalhas de mesa e de banho, adereços, entre outros artefatos conhecidos na região e em outras diversas cidade do Brasil. São produtos que tem aberto portas e oportunidades de renda para seus associados, crescimento econômico, valorização, auto estima e comprovação de sucesso devido a originalidade, criatividade, utilidade e beleza, chegando a ser atrativo e a atender o mercado consumidor.

2.3 Aspectos Demográficos

Segundo fontes de pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (BRASIL, 2019) a cidade tem hoje em média, 6.224 habitantes distribuídos em 2.364 na zona urbana e 2.818 na zona rural, podendo ser considerada uma comunidade ruralista. Nesse caso, a densidade demográfica é de 13, 1 habitante por km², considerando a extensão territorial do município.

Dados do IPEA/PNUD (2020), apresentam o município de Boa Vista na 6ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, com referência no Estado da Paraíba, graças as ações desenvolvidas voltada para a área da saúde com a assistência humanitária desde o atendimento, realização de consultas, exames, fornecimento de medicamento, transporte para tratamentos específicos e acompanhamento por parte de uma equipe médica qualificada, pensando na qualidade de vida da população.

2.4 Base Econômica do Município de Boa Vista/PB

Boa Vista é conhecido como a terra do queijo e da bentonita. No tocante a exploração da bentonita, que se trata de um rico mineral indispensável na perfuração de poço de petróleo, como também é uma matéria prima de ótima qualidade para a fabricação de diversos produtos, este é explorado por quatro empresas, entre elas a Bentonisa -Bentonita do Nordeste S/A, Bentonit União LTDA, Drescon S/A e a Nercon., em que fornecem o produto em grande escala, incluindo para a Petrobrás, proporcionando um grande desenvolvimento econômico local, principalmente, com a geração de emprego e renda para a população.

No campo turístico (BRASIL, 2019), se evidencia as belezas naturais do Sítio Bravo com a presença de lagoas, cavernas e grutas com a presença de escritas rupestres que comprovam os registros de homens primatas que ali viveram, como também o agradável clima que resulta da vegetação típica do semiárido, se tornando um ambiente atrativo para a comunidade local e turistas vindos de outros países.

A cidade também chama a atenção por sua beleza natural (BRASIL, 2019), avançando no ramo turístico com realização de eventos tradicionais atrativos e de referência para toda a cidade com garantia de visitação e rentabilidade para o município, entre eles o aniversário de emancipação política da cidade que ocorre no dia 29 de abril; com a Filarmônica, o encontro de bandas filarmônicas de várias cidades do estado da Paraíba; no mês de junho a prefeitura organiza o concurso de quadrilhas juninas com destaque para a Quadrilha Mistura Quente que representa o município, somando sete anos de sucesso. Já em outubro a festa fica por conta da feira de artesanato promovida pela cooperativa “As Cabritas de Boa Vista” e o grupo de voluntária; para o mês de novembro estão reservadas, a festa do padroeiro Bom Jesus dos Martírios reconhecido pelos 140 anos de tradição com procissão dos motoristas, missa do vaqueiro, concurso de rainha da festa e shows realizados no pavilhão para toda comunidade com a participação especial da Filarmônica Municipal; o Balé Municipal e do Coral Luzes, organizado pelo Maestro Gedeão Faustino, a bailarina Fernanda Barreto e pela regente Silvana Teles.

Na opinião de Bernardes (2019), a princípio, o desenvolvimento econômico de Boa Vista se devia da agricultura de subsistência e a pecuária leiteira, embora que seus criadores realizassem essa atividade sem uma orientação técnica precisa para o cultivo de alimentos e a criação de gado, motivados apenas pela experiência de seus antepassados que se baseavam no clima seja ele chuvoso ou de estiagem para realizar cada atividade.

O autor (op. cit. 2019), ainda complementa, os avanços do setor de transportes e cargas que transitava por todo o país na década de 60 favoreceu a exportação dos produtos da cidade de Boa Vista para as demais Regiões do Brasil, colaborando para o avanço da

econômico, como também a exploração de minério que beneficiou o setor industrial na década de 80 a partir dos incentivos fiscais ofertados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Na visão do referido “o produto de bentonita do tipo sódica e cálcica natural são os melhores aglomerados utilizados pelas indústrias de fundição nos processos de moldagem de peças de ferro fundido, aço e ligas não ferrosas.” Servindo no fluido de perfuração de poços de petróleo, venda de minérios, indústria de tintas, produção de ração para os animais, cerâmicas, construção civil, preparação de saponáceos, sendo considerado um dos maiores meios de lucratividade para o município.

Em relação aos avanços turísticos, ainda reforça, as colocações presentes no site do município quanto as belezas das paisagens naturais e históricas podem ser apreciadas pela população e por visitantes de todo o mundo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve História sobre o Surgimento das Cidades

A cidade é um espaço movimentado e cheio de oportunidade para muitos com melhoria da qualidade de vida, acesso a uma diversidade de comércios, eventos sociais, conhecimentos, avanços tecnológicos e culturais que a comunidade da zona rural desconhece em alguns aspectos pois ainda se reserva a tranquilidade do silêncio no cair da noite, já na visão de outros viver nesse espaço urbano se constitui em um desafio de adaptação, reconstrução de valores.

No entanto a cidade se originou de espaços rurais que com o passar do tempo se tornaram tão populoso que não podiam se limitar a um simples povoado e se constituiu em uma tão sonhada área urbana com suas evoluções, por concentrar o acesso a produtos e meios capazes de atrair pessoas de outros povoados, fazendas e comunidades vizinhas.

Na opinião de Pinto (2019), as descobertas arqueológicas de antigas cidades que hoje já estão em processo de ruínas apresentam traços da Revolução Neolítica que ocorreu por volta de 4.000 a 3.000 a.C. que segundo os estudiosos o objeto da formação dessas cidades se pautava na funcionalidade do comércio e fortalecimento do povoado contra invasores.

Já Augusto (2019) descreve que as cidades já em 9.000 a.C. surgiram devido ao sedentarismo do “homem” que só realizava algo mediante suas necessidades, fato comprovado quando o Oriente Médio foi surpreendido com uma grande seca levando o homem a se adaptar a novas formas de caça, a buscar fontes de alimento próximas aos grandes rios quando os recursos habituais se esgotavam. No ano de 6.000 a.C. o homem já começa a criar ferramentas e estratégias de inovação, facilitação para o arado nas proximidades dos rios e terrenos alagados favoráveis a agricultura, delimitando também as propriedades destinadas ao plantio.

Segundo Lima (2019) o homem precisava ser nômade porque dependia unicamente da caça e se não mudasse de espaço corria o risco de acabar com todos os recursos disponíveis a sua volta, mas em sua busca também ficam à mercê da sorte por se tornar uma presa fácil diante dos animais ferozes e perigos que ainda desconhecia.

Os relatos de Moutinho (2019) destacam grandes filósofos como Platão e Aristóteles para levantar teorias sobre a existência humana e sobre a vida já colocavam a necessidade do homem de viver dentro de uma coletividade pela sobrevivência. Para ele as cidades começavam a se distinguir do campo por ofertar outros tipos de serviços, exigindo dessa população urbana uma grande organização social de divisão de trabalho.

Na opinião de Bardine (2019) o registro das primeiras cidades datam de 3.500 a.C. mas só se tornaram evolutivas com a Revolução Industrial, até então as pessoas viajam de

cidade em cidade para tentar se estabelecer devido a constante insegurança e guerras por domínio de território que resultavam no crescimento dos países e na queda de muitos reinos.

Na medida em que os humanos deixaram de ser nômades e passaram a plantar, surgiu uma série de necessidades tecnológicas e de convivência. Entre elas, ter a posse do lugar e cuidar para não ser invadido, destruído ou saqueado. Com muitas pessoas convivendo juntas em um mesmo território, surgiu também a necessidade de organização. Tanto da logística, ruas, endereços, etc. Como das regras de convivência, normas e leis. (SILVA, 2019, p.01)

As cidades também não tinham uma preparação para exercer um controle social, familiar, econômico ou político sobre as pessoas, levando ao desajuste do ambiente com a falta de infraestrutura, higienização e proliferação de doenças desconhecidas que passaram a desafiar a ciência, tecnologia e os grandes empreendedores da época. Isso porque na verdade para os administradores das cidades o que importava era o poder retórico que exercia sobre as pessoas mesmo que estas ficassem submetidas a viver e sofrer sob o julgo desigual da economia.

3.2 Produção do Espaço Urbano

3.2.1 Processo de Urbanização

Toda área urbana um dia foi um lugar que iniciou com a concentração de poucas famílias em um pequeno setor da zona rural e com o crescimento da população e as necessidades locais acabou se tornando um vilarejo e com os constantes avanços se um distrito de algumas cidades em ascensão para posteriormente lutar e ser reconhecida com emancipação como cidade. Mas essa conquista depende dos líderes comunitários, suas influências políticas, a capacidade de agregar pessoas para se instalarem e investirem na comunidade, bem como a forma de representação social, econômica, ética e religiosa que todos tem em comum, além dos interesses que positivamente ofertam oportunidades que despertam credibilidade para que antes mesmo da legalização o lugarejo já tenha serviços básicos como posto de saúde, escolas, igreja, comércio de pequeno porte para subsistir a comunidade que fica distante da cidade sede (grande), água, eletricidade e pavimentação.

Para Bellei (2019) a urbanização ocorre quando o número de moradores da zona urbana é bem maior que o da população rural, também caracterizado pelo crescimento contínuo e o desenvolvimento econômico, social e geográfico considerável, principalmente quando esta localidade tem pontos turísticos com possibilidade de visitação e fluxo constante de visitantes que possibilita o avanço populacional, cultural e social do município com a socialização de culturas, conhecimentos, ofícios, entre outros.

Na visão de Sousa (2019) a urbanização representa o crescimento da cidade em número populacional e em tamanho territorial, formando um ambiente que antes era rural e se tornou urbano com considerável migração do homem do campo para a cidade em busca de melhorias e maior qualidade de vida para si e seus filhos, deixando de lado a vida rural.

A urbanização está ligada diretamente aos avanços industriais e comerciais que possibilitam o desenvolvimento econômico e sustentável de toda população, com a facilitação de acesso e benefícios que podem ofertar a seus moradores e visitantes, oferta de emprego e estabilidade financeira, abrindo portas para novos profissionais migrarem para a cidade pela demanda de procura. Dessa forma o capitalismo comercial se torna o principal motivo para a formação das áreas rurais em cidade (PENA, 2019).

Outro ponto destacado por Sousa (2019) é que as cidades se formaram no período neolítico, mas não se pode pensar na cidade sem considerar sua relação com o campo já a

sobrevivência da comunidade e de toda sociedade depende do que é produzido na zona rural, do contrário a cidade não conseguiria subsistir economicamente. No entanto com o avanço do desenvolvimento capitalista industrial o campo passa a depender da cidade para se inovar crescer economicamente, socialmente e tecnologicamente como forma de valorização do trabalho do homem do campo que precisa produzir, coletar e vender seus produtos aos moradores da cidade.

Para ele a urbanização dentro do período industrial apresentou duas características, o atrativo por aglomerar pessoas do campo na cidade pela modernidade, oferta de emprego, inovação na qualidade das moradias e acessibilidade de forma prática a diversos setores sociais, econômicos e culturais existentes nas grandes cidades. Como também repulsivos, pela necessidade da saída do homem do campo de forma forçada já que a tecnologia apresenta maquinários que passam a substituir parte da mão de obra nas formas práticas de arar, plantar e cultivar a terra que antes necessitavam de um grande número de trabalhadores causando o êxodo rural.

[...] Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço do país inteiro e até de outros países [...] (SOUZA, 2005, p.25)

Ou seja, a cidade vive em torno da economia que gira dentro dela. Quanto mais ofertas de serviço qualificado estiver a disposição da comunidade, maiores são as chances do crescimento econômico, social e cultural do município, pois se o setor industrial e comercial funciona em pleno desenvolvimento os produtos, o dinheiro gira dentro da cidade, abre caminho para o emprego e o empreendimento de novos negócios que passam a ser de interesse de consumo da comunidade, sendo divulgado de boca em boca para pessoas íntimas e posteriormente em outros municípios dentro de um espaço de infinitas oportunidades, principalmente nos dias atuais movidos pela tecnologia e a mídia social.

3.2.2 As Políticas de Desenvolvimento Urbano

As cidades se formaram por iniciativa da população de forma tímida e discreta, pela própria necessidade de viver em sociedade e de se beneficiar com as comodidades que cada localidade podia ofertar a seus moradores, mas com seus avanços econômicos, tecnológicos, sociais e arquitetônicos também foi necessário criar regras de convivência para superar as dificuldade de viver em conjunto e poder desfrutar com respeito, ética e responsabilidade os espaços coletivos, embora que as pessoas pudessem ter suas individualidades dentro de seus lares. Surge então a política da moradia para educar a todos e apresentar regras gerais de convivência, que rompe com a individualidade.

Para Medeiros (2019) a vida em comunidade é cheia de desafios principalmente no que diz respeito à segurança, moradia, saúde, educação, infraestrutura dentre outros que ameaçam a boa convivência no meio dos “homens” já que a humanidade é extremamente competitiva e desigual, o que traz à tona a implantação de políticas públicas para conduzir as pessoas dentro de uma compreensão coletiva, possível de se viver. Sendo assim as leis são criadas pelos poderes públicos como o executivo, legislativo, judiciário, por grupos como sindicatos, associações, partidos políticos, igrejas, condomínios, entre outros que zela pela boa convivência entre todos que exploram o mesmo ambiente com interesses diversos.

Dessa forma, segundo o autor (op. cit. 2019) a Constituição de 1988, dá o primeiro passo com relação as regras de convivência, associada a Lei 10.257/2001 que passa a aprimorar com o Estatuto da cidade que visa abranger todos os espaços públicos permitindo que toda a sociedade tenha o mesmo direito onde quer que esteja. Assim, é importante compreender que o espaço se torna público quando é compartilhado por mais de uma pessoa que necessariamente não precisam se conhecer, mas, que dividem dentro do mesmo interesses pessoais. Vejamos o que a Lei garante a cada cidadão em comum:

Art. 2º..

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

[...]

IV – Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (BRASIL, 2015, p. 01)

A Lei dessa forma visa organizar a vida do homem dentro de um pensamento coletivo já que todos tendem a viver na individualidade, para o seu próprio bem-estar, ignorando as necessidades do outro. Sem a Lei os governantes não teriam a obrigação de garantir uma vida com dignidade a todos, mesmo assim, ainda contemplamos muitos políticos e pessoas que ocupam cargos públicos cometendo inflações para dublar as leis, ampliando patrimônios e desrespeitando as necessidades do outro. Os resultados dessas ações aparecem na baixa qualidade dos serviços públicos nas diversas áreas da gestão popular que prova a necessidade de controle das ações humanas.

De acordo com Libório e Júnior (2019) a política que trata das questões do desenvolvimento urbano relacionado a parte econômica a financeira descrita na Constituição de 1988 que visa ofertar as comunidade uma maior qualidade de vida, tem como princípio planejamento e gestão pública dos espaços, patrimônios, órgãos com a criação de programas de ação governamental destinados à habitação, saneamento básico, segurança, educação, saúde com responsabilidade e transparência.

Segundo eles (op. cit. 2019) a gestão pública de um país gira em torno das ações desenvolvidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios que exercem seus poderes dentro das responsabilidades, deveres e direitos que lhes são garantidos. Um poder que precisa ser compartilhado com a sociedade, órgãos privados, para a aquisição de empreendimentos e realização de ações que buscam melhorias e qualificação dos serviços nos setores públicos, visam a aprimorar o atendimento a comunidade, um melhor aproveitamento dos espaços coletivos, organização, melhoramento e construção de ambientes socialmente compartilhados como praças, ruas pavimentadas, parques, escolas, quadras, entre outros. Serviços que partem de projetos, aprovação da gestão, administração de recursos para construção e aquisição de bens, mas que também precisam ser conservados pela comunidade e pelo poder público.

Sendo assim, a gestão pública não depende apenas de quem tem o poder de exercer as ações, mas é de toda comunidade que elege seus governantes para gerenciar os bens destinados aos serviços a serem ofertados a sociedade sem realizar distinção por qualquer critério, mas que trabalha para desenvolver oportunidades para todos. Um serviço que exige transparência, cobrança da sociedade, fiscalização e aplicação de punições para quem desvia ou se apropria de bens que são de direito público.

3.2.3 O Crescimento das Cidades e Problemas da Urbanização

Já no princípio da urbanização das pequenas cidades a população sofria com a disposição das casas sem saneamento básico, serviços essenciais de saúde, segurança ou demais atendimentos essenciais a vida humana. As cidades e seu crescimento sempre foram um desafio a gestão pública pois seu crescimento se deu de forma desordenada, sem um planejamento para longo prazo ou para considerar as diversidades e interferências naturais que poderiam sofrer com as mudanças de clima, o aumento do nível do mar, desabamentos, inundações, entre outros.

No entanto, nos países centrais em desenvolvimento, com uma maior organização arquitetônica, pensada dentro dos avanços futuros o crescimento urbano ocorre gradativamente dentro de um planejamento que visa as transformações, necessidades da população de hoje e do amanhã com oferta de transporte público, pavimentação, desenvolvimento da infraestrutura, oferta de escolas, hospitais, comércios fundamentais, igrejas, iluminação, entre outros serviços. Trata-se de um crescimento que visa respeitar o curso natural dos rios, lagos e córregos, para evitar alagamentos, desabamentos, entre outros tipos de desastres causados pela invasão desordenada do homem que se apossa das terras sem analisar as consequências futuras.

Segundo Paula (2020), outro fator importante, é que nos países desenvolvidos a população abastarda reside nos bairros periféricos por se tratarem de uma minoria, já a classe popular ocupa os grandes centros por se tratarem da maioria, como forma de favorecer o acesso aos espaços de trabalho, áreas comerciais, diminuindo os custos com transportes, visto que recebem salários mais baixos. No entanto, nos países subdesenvolvidos a funcionalidade da ocupação territorial ocorre de forma contraditória, as pessoas de baixa renda residem nas periferias, construindo casas em morros com empilhamentos, sem planejamento de espaço, com pouco acesso a serviços públicos básicos, precisando se deslocar por longas distâncias para chegar ao setor de trabalho em transportes diversos com fatores de congestionamentos e transtornos constantes, enquanto que os mais ricos mesmo sendo uma minoria, residem nos centros das cidades como representação de valor social. Fonseca (2009), afirma:

O ato de planejar é fundamental e necessário. Planejar, sob qualquer ótica que se deseje analisar, tem como fim traçar um caminho para o futuro, buscando prever possíveis dificuldades e traçar possibilidade de solucionar os problemas porventura apresentados. Desse modo, o planejamento urbano também deve ter a preocupação de perceber o espaço social nas suas dimensões econômica, política e cultural, a fim de se tornar o mais efetivo e concreto (FONSECA, 2009, p. 52).

Ou seja, o planejamento urbano simboliza uma organização da sociedade que busca viver em harmonia com a natureza, o ambiente, evitando transtornos para toda a população, trazendo maior qualidade de vida, dignidade e equiparidade de direitos para que todos consigam desfrutar com segurança todo o território disposto a urbanização. Essa nova forma de ocupação social, baseada na valorização do outro, considera que todos precisam construir seus espaços em comunhão para que seja favorável a ricos e pobres, sabendo que a sociedade caminha dependendo dos assalariados que se dispõem a servir e manter o desenvolvimento econômico das cidades e países.

Neste caso as políticas públicas precisam de fato reconhecer que precisam repensar a organização urbana e social de suas cidades, para que de fato a população tenha a dignidade de viver sem medo de estar em suas casas e de modo inesperado tenham suas vidas destruídas ou marcadas pela tragédia. Há de se pensar que tal situação acaba trazendo ainda mais prejuízo aos cofres públicos que de emergência precisam realizar ações sociais de amparo as

famílias, com cesta básicas, aluguel social entre outros serviços, sem falar na atividade de diversos profissionais como bombeiros, médicos, enfermeiros e outros que participam da equipe de resgate as vítimas.

Gastos que poderiam ser evitados caso houvesse uma política séria, voltada para a segurança social, intervindo desde o momento em que houve invasão de terrenos ou construções em áreas inapropriadas que pudessem causar danos aos terrenos de encostas e o tráfego dos leitos dos rios que acabam transbordando a ponto de fragilizar o solo favorecendo aos desabamentos das casas.

3.3 Os Problemas Urbanos Decorrentes das Ocupações Irregulares

De acordo com Souza (2019), não só no Brasil mas em diversas localidades do mundo a urbanização se formou de modo desordenada, caracterizando assim a falta de planejamento dos dirigentes, governadores e outros responsáveis que não consideraram em tempo hábil as necessidades futuras da sociedade que ali se projetava, desencadeando assim diversos problemas sociais e ambientais como a formação de favelas com aglomeração de pequenas casas para comportar um grande número de pessoas, o acúmulo de lixo já que em muitos locais não há possibilidade de realização de coletas, a poluição do ar causada pelas indústrias e circulação de muitos automóveis, como também a poluição sonora e visual. Outro problema é a violência revestida da criminalidade trazendo insegurança a população que são vítimas constantes das injustiças e consequências das desigualdades sociais, além das inundações causadas pelas irregularidades da urbanização, aumento do lixo, asfaltos e calçamentos, associados a inexistência de planejamento que interferem diretamente no escoamento das águas que acabam transbordando nas cidades, invadindo casas e causando desabamentos e aberturas de crateras.

Está claro que os governantes não se preocuparam ao longo dos anos com o crescimento desordenado das cidades, até que as consequências começaram a aparecer e até então muitas vidas têm sido tiradas de forma trágica, mesmo assim a infraestrutura das cidades tem modificado muito pouco no sentido de reverter o crescimento desordenado e o escoamento das águas que bruscamente a cada ano tem invadido os espaços urbanos, desmoranando casas com registro de vítimas fatais. Pessoas perdem casas, documentos, parentes, suas identidades e são levados a depender da ajuda de voluntários até que possam reconstruir suas vidas, para Tonella, (2019):

A nova orientação influenciou as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios, obrigatórias para os com mais de 20 mil habitantes. Concretamente, a nova orientação constitucional aponta para o abandono da ideia de planejamento urbano e substitui-a pela concepção de gestão, mostrando quais os elementos que as prefeituras dispõem para gerir recursos, no sentido de uma maior equidade. A Constituição de 1988 municiou as gestões municipais para a solução de problemas estruturais, a saber: o artigo 23 dispõe que "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promoverem programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais". No capítulo da Política Urbana, o artigo 182, parágrafo 1º, estabelece: "O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana". (TONELLA, 2019, p.01)

De fato, não basta apenas ter leis que garantam a transformação urbana na luta contra o crescimento desordenado. Os municípios também precisam colaborar, adotando práticas

efetivas, regularizando suas legislações, fiscalizando, orientando e direcionando o crescimento municipal para que a população esteja consciente das necessidades, adequações e riscos que podem correr quando aceitam ou insistem em construir suas casas em áreas com grande concentração populacional, inapropriadas. Crianças crescem sem lugar para lazer, distante de hospitais e escolas, em meio a marginalização que se apropriam dos espaços populosos para atuarem em meio a comunidade que diante de tantas adversidades precisam encontrar estratégias para educar seus filhos dentro de valores morais que remetam ao caráter de cidadãos participativos, capazes de modificar as situações contrárias.

O maior desafio para as pessoas que moram nas periferias das cidades é a insegurança por não saberem se são capazes de voltar para casa assim como saíram, já que a marginalização é marcada por assaltos com reações inesperadas que levam a morte de muitos inocentes, além da guerra entre as facções rivais, confrontos entre policiais e traficantes que ocorrem em plena luz do dia em meio a população colocada como refém e alvo, tendo como resultado a morte prematura de muitos.

Segundo Mares (2013), “É sabido que o surgimento e a formação da periferia se deram motivados pelo intenso processo de urbanização e expansão da malha urbana, que se associam ainda a processos de segregação socioespacial”. Ou seja, a periferia surge com uma caracterização discriminatória, como um espaço de separação entre ricos e pobres, destinando as áreas dos grandes centros aos mais ricos como forma de proteção da marginalidade, oferta e acessibilidade facilitada aos recursos públicos, comércios e demais interesses pessoais dessa classe.

3.3.1 Urbanização Excedente: a periferia

Com um crescimento desordenado e sem um planejamento de visão social urbana para a comunidade a cidade avança na maior parte do mundo tendo como característica as divergências sociais em os mais ricos dominam os centros e os bairros próximos com suas grandes propriedades, estruturas vantajosas e exuberantes, desconhecendo as necessidades dos mais pobres que são levados a viver nas periferias, em áreas reduzidas, sendo obrigados a construir pequenos espaços para abrigar sua família, segundo as condições econômicas.

Em relação a formação da periferia, Mares (2013) declara que ela ocorre de forma diferenciada para cada classe. Ou seja, as pessoas de classe média ou alta que moram distantes das partes centrais da cidade o bairro tem uma infraestrutura de maior qualidade que não tem caracterização de periferia por questão de status social, procurando manter o padrão de vida dessa população. No caso das pessoas de baixa renda, a periferia se apresenta com moradias de baixa qualidade, sem infraestrutura adequada (luz, água e internet clandestinas), sem direito a segurança já que o comando dessas áreas está entregue a marginalização por pura omissão da gestão pública, e mesmo que se trate de uma comunidade com unidade de pacificação ainda há muito o que se questionar quanto a atuação e eficácia das ações governamentais, de forma que aos olhos da sociedade as pessoas que vivem nas periferias são todas julgadas pela má fama que a marginalização lhe compete.

O problema é que diante dessa anulação de identidade das pessoas que vivem na periferia não apenas por opção, mas por necessidade, adequação de suas condições financeiras que só abrem espaço para habitarem em moradias de baixa renda. Mas, além das aparências existem pessoas trabalhadoras, criativas, lutadoras que sonho com novos horizontes em suas vidas, muitos se encaminham através da arte, outros em profissões simples com dignidade que acreditam em valores e princípio na construção da formação das crianças.

Na opinião de Ghione (2020), considerando a formação atual de todas as cidades brasileiras e conseqüentemente das periferias que cada uma adquiriu, o desenvolvimento só se tornará significativo para a sociedade quando houver ações de reconstrução de valores em que

haja valorização e dignificação das pessoas que vivem nessas comunidades, considerando que estas são responsáveis pelos avanços sociais, morais e econômicos que se estende em todo os espaços, afim de promover a inclusão social dos excluídos, a integração dessas localidades como parte da cidade que merecem prioridade quanto as ações públicas que visem preservar a vida e construir caminhos para as problemáticas da violência e marginalização que enfrentam.

Dessa forma, não possível admitir que os governantes continuem ignorando as necessidades e existência das problemáticas que as pessoas das periferias enfrentam todos os dias, mesmo sabendo que esses conflitos atingem diretamente a toda sociedade, contribuindo para o aumento da violência e da marginalização em todas as classes sociais sem nenhum controle por parte do poder público que se mostra incapaz de assumir suas responsabilidades territoriais, perdendo cada vez mais sua credibilidade diante da opinião pública.

Enquanto o crescimento persistir atrelado aos empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais excludentes, fechados ao espaço público e ao convívio cidadão, as cidades continuarão afundando no atual clima de violência e desintegração social, ao mesmo tempo que incentivam o colapso da imobilidade, por se tratarem de intervenções totalmente dependentes do uso do automóvel (GHIONE, 2020, p.01).

Assim, se a sociedade se validar apenas de seus princípios econômicos e materiais ela deixa de considerar o valor humano que a população tem, se torna desumana, perde seu direcionamento, colocando em risco o desenvolvimento atual e futuro de todos, pois o direito de ser e se tornar cidadão é para todos. Esse direito começa pela dignidade de se existir e viver, sem ela as pessoas ficam à mercê da marginalização que tenta avançar a cada descaso do poder público, alterando o desenvolvimento de toda estrutura urbana.

3.4 Processo de Urbanização das Cidades Brasileiras

Diante das informações discutidas podemos destacar que a urbanização das cidades brasileiras se deu de modo descompromissado, sem um planejamento ou análise das consequências futuras que poderiam afetar seriamente a vida de toda sociedade, até porque a maior preocupação de sobrevivência da humanidade sempre se voltou para a visão capitalista, beneficiando empresários, políticos e demais membros da classe alta, desconsiderando totalmente as contribuições da classe trabalhista, visto que somos herdeiros de um sistema capitalista industrial e escravista.

A real constatação da história é que a população do nosso país a princípio era ruralista, com uso de métodos simples e rústicos na fabricação das necessidades básicas para atender a comunidade, sendo os grandes centros com um pequeno número de habitantes. Mas com os avanços tecnológicos, industriais e econômicos os dados se reverteram e a cidade passou a se tornar populosa, com aglomeração de casas e pessoas que antes moravam nas áreas rurais se vendo atraídas pelas vantagens das regiões centrais pela desenvoltura social, econômica e política.

Somente na segunda metade do século 20, o Brasil tornou-se um país urbano, ou seja, mais de 50% de sua população passou a residir nas cidades. A partir da década de 1950, o processo de urbanização no Brasil tornou-se cada vez mais acelerado. Isso se deve, sobretudo, a intensificação do processo de industrialização brasileiro ocorrido a partir de 1956, sendo esta a principal consequência entre uma série de outras, da "política desenvolvimentista" do governo Juscelino Kubitschek [...] (MIRANDA, 2020, p.01).

Esses fatos apenas reforça o reconhecimento de que as cidades se formaram a partir de uma demanda economia, que apresentava vantagens para a classe trabalhadora quanto ao acesso ao mercado de trabalho na herança industrial, sem a preocupação com um planejamento coerente que pudesse atender as necessidades futuras de toda a sociedade. No entanto o custo de vida da cidade se diferencia até hoje do campo, já que há impostos para tudo o que se usufrui nas áreas centrais, já na zona rural a fatura e o acesso aos alimentos ocorrem de forma direta, mesmo assim os jovens sentem a necessidade de vivenciar as comodidades da cidade por pura ilusão de construção de status. No passado esse pensamento era idealizado pelos senhores fazendeiros que enviavam seus filhos para as capitais visando um processo de formação sustentada pela elite, sendo motivo de orgulho o desenvolvimento pessoal do jovem. Hoje a situação não é diferente, já que a educação pública ainda deixa a desejar apesar dos esforços dos educadores, sem falar no grande desinteresse dos jovens em continuar com a atividade rural para a própria sobrevivência fato bastante reforçado pelo processo de industrialização.

Com o avanço da indústria, as ofertas de emprego sem necessidade de trabalhar debaixo do sol, carteira assinada e salário fixo, a aquisição de maquinários que vão substituindo cada dia mais a mão de obra do homem do campo, o êxodo rural foi se concretizando, ao ponto de que atualmente o número de habitantes na zona urbana é bem maior do que o da área rural, embora que o mercado de trabalho não se mostre mais tão acessível à população, gerando os serviços autônomos e muitas vezes temporários.

Para Pena (2020), a população tem pagado um alto preço com a urbanização, já que ela ocorreu de modo centrado nas grandes capitais do país e rápida, sem um acompanhamento consciente por parte da infraestrutura. Com isso as grandes metrópoles do país como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte disponíveis na região Sudeste que se transformou na maior região habitada do Brasil, tendo como consequência o surgimento de muitos espaços periféricos, grande aglomeração na área urbana, existência de favelas, cortiços que hoje são social chamados de comunidades, mesmo que não haja infraestrutura e condições adequadas de habitação e sobrevivência.

Outro ponto importante e problemático foram as formações dos grandes centros urbanos como as metrópoles com um avanço inesperado na economia, agregação de um grande número de cidades que se concentravam em um mesmo espaço, aglomerando muitas pessoas em uma pequena área, se tornando bastante populoso, chegando a superar até mesmo Estados e regiões do país, mesmo sem ter uma infraestrutura que acompanhasse essa evolução, problematizando ainda mais a disputa por espaço, sobrevivência, crescimento político e econômico.

3.4.1 Planejamento e política urbana brasileira

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (BRASIL, 2020, p.01), o processo de planejamento urbano sofreu grandes modificações ao longo dos anos, especialmente através da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade, na intenção da construção de uma visão social sobre as propriedades urbanas, criando o direito à moradia com o surgimento do programa “Minha Casa, Minha Vida” que abriu oportunidades para as famílias carentes tomarem posse de um imóvel próprio, saindo do aluguel e transformando realidades com dignidade, o planejamento urbano como também a regularização fundiária.

Outro ponto destacado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que o Estatuto das Cidades através do plano diretor municipal pode colaborar de forma fundamental para a urbanização tendo o amparo jurídico e tributário a seu favor, podendo promover a igualdade para todos, diante da localização e construção das residências que respeitem as necessidades das crianças, idosos e deficientes, bem como a toda sociedade, na busca pela dignidade.

Uma visão que transforma situações de discriminação, exclusão, pobreza, esquecimento e desvalorização em oportunidades para todos de serem protagonistas de suas histórias, tendo o reconhecimento de que uma sociedade é um sistema coletivo, cercado do sentimento de respeito, colaboração, valorização e dignificação de todos e para todos.

De acordo com Tavares (2018),

O aumento da autonomia municipal refletiu diretamente nas receitas municipais. Desse modo, os municípios passaram a ter independência na fixação de alíquotas e na administração dos tributos atribuídos ao nível municipal, além de gerenciarem as cobranças de taxas e prestação de serviços. Foi transferido aos municípios, também, a responsabilidade pela arrecadação do Imposto para Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) e ampliada a base geradora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Além disso, houve um aumento significativo das transferências de recursos dos governos federal e estaduais. Ademais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) passou a ser constituído por 22,5% da arrecadação federal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR). (TAVARES, 2018, p.34)

A intenção da aprovação dessa Lei em cada cidade tem como objetivo a arrecadação de imposto que passa a ter um retorno a própria gestão municipal para investir nas necessidades de urbanização de cada cidade, considerando pavimentação, saneamento básico, entre outros serviços que podem melhorar a qualidade de vida da população.

De acordo com Mares (2013), ocorre que esses investimentos não são imediatos a sua arrecadação já que depende do gestor elaborar projetos com uma equipe qualificada de arquitetos, advogados entre outros para transformar as áreas de risco e periféricas de cada lugar, mas no entanto essas modificações só são aplicadas mediante a pressão da comunidade ou pela divulgação da política pública para promoção em busca de ascensão eleitoral, deixando a comunidade como reféns da atuação governamental, mesmo que se trate de um direito adquirido.

No campo institucional, a criação do Ministério das Cidades (M Cidades), em 2003, possibilitou a unificação, em uma mesma instituição pública, da gestão das diversas políticas setoriais de desenvolvimento urbano, a saber, planejamento urbano, habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana, transporte e trânsito, além da criação de instância de gestão participativa em nível nacional: o Conselho das Cidades (Com Cidades). (BRASIL, 2020, p.01)

O que falta na verdade, é a velha e boa vontade política de modificar as periferias em um lugar habitável, seguro, saudável para a vivência de qualquer pessoa. Os cidadãos por sua vez precisam sair do comodismo, lutar por seus direitos e pressionar os gestores para que seus direitos sejam validados, para que se sintam seres atuantes e conscientes na sociedade com voz e vez, para que todas as pessoas sejam respeitadas da forma como são.

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento desse trabalho se baseou no método que segundo Ferreira (2015), trata-se de um estudo das ciências sociais que considera as características específicas do objeto dentro de um contexto histórico, em que o sê está cercado de ideias e conhecimentos históricos, conseqüentemente, sujeito as problemáticas sociais, transformações e construções políticas, econômicas, religiosas, físicos e biológicos que interferem diretamente na formação social e pessoal do ser que vive em conflito com seus interesses e necessidades. Considera-se uma pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2007), por ser desenvolvida a partir de

materiais já elaborados, principalmente, por livros, periódicos e artigos científicos. Por se constituir um procedimento formal para a aquisição de conhecimentos sobre a realidade

Diante de tal afirmação, podemos concluir que a análise dos dados não visa determinar uma quantidade específica ou estática, já que se trata de um estudo que também tem uma metodologia exploratória do meio em que pessoas vivem e suas influências podem modificá-lo para atender as diversas necessidades sociais, sejam elas pessoais ou coletivas. Outro ponto importante, são os esclarecimentos de diversos autores sobre a urbanização e o crescimento desordenado das periferias de cidades de médio e pequeno porte, a exemplo de Mares (2013), Miranda (2020), Tonella (2019), Medeiros (2019), entre outros que estudam e analisam a formação urbana, seus problemas e organização social para a oferta de uma maior qualidade de vida a comunidade, dentro de um processo de planejamento e implementação que visam minimizar conflitos, além de desestruturas sociais que comprometam a vida.

Para análise e comparação dos relatos, foram coletados através de um questionário aplicado a 10 (dez) moradores que refletiram diante das questões as problemáticas das ruas em que residem, além da colocação de possíveis alternativas e dos serviços públicos ofertados pela gestão que venham considerar o bem-estar de toda comunidade. A aplicação de questionário segundo Gil (1995), “é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, [...]”.

Dessa forma, o pesquisador de posse dos dados e dentro de uma visão de imparcialidade pode compreender os fatos reais que estão presentes nas angústias, ansiedades, descobertas, necessidades e possibilidades identificadas e analisadas pela própria comunidade inserida no contexto. Visto que, para a construção de um ambiente socialmente responsável é preciso explorar conhecimentos científicos e sociais como forma de atender a eventuais problemas naturais, ambientais e sociais que possam surgir ao longo dos anos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Caracterização das Ruas Pesquisadas: Ruas 1, 2 e 3

Como forma de compreender melhor as ruas em que estão inseridos os entrevistados, iremos observar e analisar as imagens abaixo, figuras 4 e 5, destacando as características principais de cada ambiente sem revelar o nome das mesmas, nomeando como Rua 1, Rua 2 e Rua 3. Compreendendo que os moradores residem nessas ruas em destaque entre dois e vinte e sete anos e esperam pelos benefícios do poder público. A aparência das ruas é de uma área rural, com terrenos cercados de arame, com muita vegetação que ainda não foi construído, com muitas casas formando uma comunidade considerável.

Figura 4 e 5: Visão geral das Ruas



Fonte: Autoral(2020)



Fonte: Autoral (2020)

A Rua 1 - ainda é, uma estrada de chão batido (Figura 6), sem calçamento ou asfalto, mas com facilidade de transição para carros e motocicletas, com iluminação pública, embora que, precariamente, já que os postes de iluminação ficam muito distantes um do outro. São casas de alvenaria, algumas com estruturas simples e outras mais sofisticadas, com primeiro andar, emboçadas e pintadas, mesmo que ainda tenham outras sem emboço nas ruas vizinhas, com água encanada, porém, sem escoamento para esgoto e possui fossa séptica nos quintais das casas, mas que acaba escoando em algum ponto no meio ambiente.

Figura 6: Rua 1 – sem calçamento



Fonte: Autoral, (2020)

No caso da Rua 2 - há um desalinhamento em sua trajetória, com muita vegetação, irregularidades pelo caminho, pedregulhos, valas formadas pelas chuvas, dificultando a passagem de carros e motocicletas, sem iluminação pública, pois não há presença de nenhum poste de luz na rua, apenas nas ruas paralela, sem água encanada ou escoamento para o esgoto, com fossa séptica nos quintais das casas, que também escoam em um terreno abandonado (Figura 7).

Figura 7: Imagem da Rua 2



Fonte: Autoral (2020)

Na Rua 3 - também é uma estrada de terra, muito irregular em sua trajetória, com lombadas e curvas, vegetação e lixo próximo as casas, estreita em alguns pontos, com pouca iluminação, água encanada armazenada em caixas de água, sem saneamento de esgoto. Composta de casas com boa estrutura e dimensão espacial, algumas com muros emboçados, outras com o emboço para fazer na parte lateral (Figura 8).

Figura 8: Imagem da Rua 3



Fonte: Autorial (2020)

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje; uma tarefa, a meu ver, coletiva, apoiada em um debate que seja capaz de contemplar várias perspectivas teórico-metodológicas como possibilidades abertas à pesquisa urbana... (CARLOS, 2007, p.19)

O fato é que, as ruas de uma cidade não podem ser iniciadas apenas baseada em uma construção, mas precisa ser repensada dentro de uma coletividade em que a comunidade tenha vez e voz, sabendo que no futuro ali será um bairro cheio de casas, comércios e quem sabe até escolas, que a acessibilidade deve estar garantida para que as pessoas se sintam valorizadas, vivam com dignidade e organização, evitando muitos transtornos futuros.

5.2 Perfil dos Moradores das Ruas Pesquisadas

Participaram dessa pesquisa 10 (dez) moradores nas três ruas analisadas, os mesmos entre 19 e 69 anos; destes, 8 (oito) são casados, 1(um) solteiro e não declarou seu estado civil; 7 (sete) do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino. Quanto a escolaridade – 4 (quatro) e declararam ter o Ensino Fundamental II completo, 5 (cinco) Ensino Fundamental I completo e 1 (um) não declarou seu nível de escolaridade.

No que se refere a moradia na Rua - os entrevistados relataram de 2 a 27 anos de residência naquela Rua; no entanto, apenas 2 (dois) sempre residiu na mesma e 8 (oito) vieram de outras localidades: 3 (três) vindos do campo; 3 (três) do centro da cidade de Boa Vista; 1 (um) da cidade de Lagoa Seca e outro de Puxinanã.

Todos os entrevistados moram em casa própria - 5 (cinco) realizam trabalho informal; 2 (dois) estão desempregados no momento; 2 (dois) já estão aposentados e 1 (um) se encontra empregado com carteira assinada; destes, 9 (nove) não recebem ajuda de programas do governo e apenas 1 (um) recebe o Bolsa Família. Os entrevistados consideram que as Rua em que residem não tem violência e que suas casas é um ambiente seguro e se sentem satisfeitos com o ambiente da Rua, visto que 3 (três) justificaram ocorrer rondas constantes da Polícia militar e o pronto atendimento em relação a segurança nos momentos em que tiveram a necessidade de solicitar.

Nascida menos dinâmica o problema urbano consiste em padrões técnicos e administrativos atrasados e relações rural-urbano pobres, que se traduzem em baixa capacidade de produção de riqueza e, portanto, baixa capacidade de alteração espontânea do quadro de pobreza. Nestas cidades, a política urbana deveria envolver esforços de articulação com outros setores

governamentais de modo a fomentar relações rural-urbano, isto é, dinamizar o processo de urbanização necessário à dinamização da agricultura, com expansão de atividades complementares nas áreas de habitação, serviços públicos, comércio para o consumo das famílias, etc. (BRASIL, 2004, p.39).

Nesse sentido, a formação das cidades pequenas somam grandes desafios para os gestores que diante de pequenos recursos comparado aos das metrópoles, que precisam garantir os serviços públicos essenciais a toda população que já comporta e aos imigrantes e aos que fazem parte do êxodo rural, que esperam manter a segurança e a qualidade de vida para todos, que desejam tornar sua cidade em um ambiente acolhedor e próspero, o que exige uma dinâmica transformadora em que coletivamente a sociedade seja convidada a participar no combate a violência, ao desemprego, as desigualdades e assim possa garantir o aceleramento das comunidades.

No tocante aos serviços públicos disponíveis a comunidade - 6 (seis) dos entrevistados se consideraram satisfeitos, colocando como justificativa que são muito bem recebidos nas Unidades Básicas de Saúde, mas que ainda pode melhorar; 2 (dois) consideraram regular o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde; 1 (um) declarou que está pouco satisfeito com os serviços e outro que o atendimento prestado à população deixa a desejar.

5.3 Nível de Conhecimento dos Moradores Entrevistados das Ruas 1, 2 e 3

A respeito dos problemas que podem ser identificados nas referidas Rua em que residem, todos os entrevistados destacaram a falta de saneamento básico (esgoto e escoamento da água) e a falta de calçamento; embora 6 (seis) deles consideram as Ruas área de risco, o que aponta para uma contradição quanto ao número de moradores que se consideram satisfeitos, pois a satisfação pode ser pela segurança em ter uma casa própria, ou pela calma da rua pela assistência da Polícia Militar, mas, que enfrentam muitos problemas graves quanto a oferta dos serviços públicos básicos.

Questionados quanto as melhorias que deveriam ser realizadas, todos os 10 (dez) entrevistados destacaram diversas necessidades, entre elas: fazer a rede de esgoto; o direcionamento do escoamento das águas das casas, para não correr a céu aberto; o calçamento; melhoramento de acesso e alinhamento as mesmas, já que são bastante irregulares; aumento de dias da coleta de lixo e a construção de uma praça para a oferta de momentos de lazer para as famílias, que caso necessário no momento da implantação do calçamento as famílias fossem indenizadas e que se ouvisse as organizações comunitárias.

Deste modo, a construção da problemática urbana nos obriga, inicialmente, a considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só como realidade real e concreta, mas também como virtualidade apontada pela generalização da urbanização e pela formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais. No plano local, a análise da cidade indica uma prática social de conjunto especializado, produtora de um espaço onde o uso se revela como modo da reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço que coloca a noção de reprodução no centro da análise. (CARLOS, 2007, p.22)

Com a onda da modernidade, as pessoas da comunidade estão mais esclarecidas, sabem as verbas que vem para o município, quanto foi gasto em obras, observam superfaturamentos, julgam a gestão e são mais participativas. Através das redes sociais, são mais conscientes de seus direitos mediante aos serviços públicos, cobram, identificam as

necessidades, fazem mobilizações, buscam por dignidade, reconhecem as problemáticas e até apresentam soluções possíveis.

No tocante as ações realizadas pela Prefeitura Municipal, 5 (cinco) dos entrevistados enfatizaram que não houve nenhuma ação por parte da gestão pública em benefício dos moradores, ressaltando o descaso pela gestão pública do município, a não ser as questões básicas da coleta de lixo uma vez na semana. Apenas, 1 (um) dos entrevistados relatou que não houve quase nenhuma ação dos serviços básicos a serem ofertados a comunidade; 1 (um) colocou que acha irregular a ação da Prefeitura Municipal; 1 (um) destacou apenas a coleta de lixo e outro reforçou a necessidade das melhorias a serem realizadas nas ruas.

Dessa forma, a compreensão das pessoas e comunidades sobre o papel dos governantes é cada vez mais coerente, pois quem assume o papel de gestão pública deve voltar seus esforços para a garantia de vida da população, buscando uma atuação transparente, reconhecendo as necessidades, melhorias e renovação para a sistematização e crescimento da autonomia, economia e transformação das áreas urbanas.

5.4 Crescimento Desordenado das Ruas na Visão dos Entrevistados

Quanto ao crescimento desordenado das Ruas e seu desalinhamento, todos os 10 (dez) entrevistados foram unânimes em suas respostas, ressaltando que há um desalinhamento, mas não colocaram nenhuma justificativa.

Assim, através dos fatores atrativos e repulsivos, podemos perceber que o espaço urbano cresce, principalmente, com a migração do tipo campo-cidade que, quando ocorre em massa, é chamada de êxodo rural. Quando esse processo proporciona um crescimento desordenado das cidades, ou seja, quando esse crescimento foge do controle do Estado e dos governos, observa-se a emergência de graves problemas sociais urbanos, dos quais destacam-se: a favelização, ocupações irregulares, índices de miséria, violência e muitos outros. (PENA, 2019, p.01)

Muito mais do que o empobrecimento do processo de urbanização, a formação das ruas sem estrutura e o êxodo rural seja pelos fatores da violência ou pela busca da comodidade, preocupa os governantes que acompanham a chegada de mais pessoas para a cidade, constroem casas, abrem comércios, frequentam escolas, mas que também necessitam de saneamento básico, água encanada, eletricidade, atendimento médico, entre outros serviços que demandam um maior esforço pessoal para a sua garantia, ou de fato perdem o controle e passam a pensar nas problemáticas por interesse político ou econômico. Enquanto isso, as demandas da zona rural passam a diminuir associada a qualidade de vida.

5.5 Principais Fatores de Influência para o Crescimento Desordenado das Ruas Analisadas

Com relação aos fatores que motivaram o crescimento desordenado das construções, como também se receberam orientação ou não, por parte do poder público, no momento das compras dos terrenos e durante o processo de construção, os entrevistados não se posicionaram. Não há registro nas respostas dos entrevistados quanto a opinião dos moradores das Ruas próximas as que os participantes da entrevista residem; com relação aos incômodos e o nível de satisfação da formação dessas Ruas, construções, escoamento das águas e esgoto a céu aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre as formações dos Municípios, Estados e do próprio país, são cercadas de desafios, questionamentos, transformações, já que nas antigas civilizações existia uma organização quanto as construções das cidades. Os achados arqueológicos provam que muitas maravilhas e feitos inéditos planejados e executados pelos homens ainda intrigam os estudiosos, a ponto de nos fazer pensar que diante da tecnologia tem ocorrido um certo retrocesso por parte da população que desconsidera os conhecimentos dos antepassados para fazer as atuais civilizações.

Essas considerações não se referem as arquiteturas modernas em seus arranha-céus e monumentos, mas das pequenas cidades que avançam em seu crescimento desordenado, ampliam ruas e avenidas sem ter uma estrutura arquitetônica que priorize as necessidades básicas das comunidades, possibilitem dignidade, respeito e humanismo.

Diante da realidade de nossa sociedade, é comum a luta social das comunidades para terem acesso a saneamento básico, água encanada, iluminação elétrica, calçamento, postos de saúde, educação, segurança, entre outros, visto que o serviço público é muito precário mesmo com a existência de vários programas do Governo Federal, projetos municipais ou intervenções das ONGs, especialmente, nas áreas mais carentes e na zona rural.

Mesmo em um país democrático como o Brasil, as evoluções das cidades, ainda, estão atreladas aos investimentos do setor empresarial, que aumentam a arrecadação dos impostos e possibilitam o uso destes em investimentos na cidade, mas também há possíveis convênios que podem se estabelecer com os Governos Estaduais e Federal para que as melhorias se realizem, já que se trata de um direito adquirido a todo cidadão brasileiro. O maior impasse diante do crescimento social está nos atos de corrupção, que abre espaço para os desvios de recursos que deveriam ser investidos nas comunidades, assim que as ruas começassem a se formar, evitando futuros transtornos para a população como o risco de contrair doenças com a presença do esgoto a céu aberto, infestação de insetos e outros animais transmissores de patologias, além da destruição do meio ambiente, gerando ainda mais gastos públicos para tratar de doenças simples que não deveriam afligir mais a população.

É preciso compreender que, para que seja colocado o fornecimento de energia, água, esgoto ou calçamento o engenheiro tem que elaborar a planta e aprovar tal obra para que ela transcorra legalmente diante das prestações de contas, entre outros tramites legais. Mas, mesmo diante de tal legalidade o nosso país se desenvolve de forma desorganizada, pois nos países desenvolvidos tudo é controlado pela gestão pública para que não se tenha que lidar com problemáticas futuras.

Nos terrenos privados que fazem partes de condomínios, antes de se construir as casas já são abertas as ruas, calçadas, com iluminação pública pronta para fazer a ligação para as casas a ser construídas, assim como a encanação de água e esgoto, prova da preocupação dos donos dos terrenos em atrair moradores. O contrário acontece no setor público, que tem comunidades formadas a décadas e as ruas ainda não foram calçadas, como também não são ofertados de forma digna aos demais serviços públicos.

Esperamos que diante de tantas experiências desastrosas os gestores públicos passem a ouvir as comunidades e atentem para a prevenção dos problemas, promovendo um ambiente saudável para todos. Que os moradores sejam conscientes de seus direitos e passem a cobrar de seus governantes a execução de projetos e programas que venham a promover uma maior qualidade de vida e dignidade, como é o caso das 3 (três) Ruas objeto desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Fábio. **A formação das cidades**. Disponível em: <http://historiante.blogspot.com/2013/01/a-formacao-das-cidades.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

BARDINE, Renan. **O Processo de Urbanização**. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/geografia/o-processo-de-urbanizacao>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

BELLEI, Maria. **Processo de Urbanização**. disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/496/processo-de-urbanizacao>. acesso em: 26/11/2019.

BERNARDES, Bartos Batista. In: Industrialização e Desenvolvimento: Estudo do caso de Boa Vista – PB, 2000. **História**. Disponível em: <https://www.boavista.pb.gov.br/portal/a-cidade/historia>. Acesso em: 08/11/2019.

BRASIL, **Município de Boa Vista**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-boa-vista-pb.html>. Acesso em 06/11/2019.

_____. **Cultura**: As Cabritas de Boa Vista – Cooperativa artesanal. Disponível em: <https://www.boavista.pb.gov.br/portal/a-cidade/cultura>. Acesso em: 11/11/2019.

_____. **Turismo**. Boa Vista – Terra do queijo e da Bentonita. Disponível em: https://www.boavista.pb.gov.br/portal/a-cidade/pub552_turismo. Acesso em: 03/11/2019.

_____. **Localização**. Disponível em: <https://www.boavista.pb.gov.br/portal/a-cidade/localizacao>. Acesso em: 25/10/2019.

_____. **II. Planejamento Urbano e Territorial: questões e desafios para uma Nova Agenda Urbana**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR. Disponível em: <https://caubr.gov.br/ii-planejamento-urbano-e-territorial-questoes-e-desafios-para-uma-nova-agenda-urbana/>. Acesso em: 25/02/20.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. A desigualdade regional e as cidades. In: **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Ministério das Cidades, Novembro de 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

FONSECA, Jumária Fernandes Ribeiro. **O Orçamento Participativo e a Gestão Democrática de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: Perspectivas para o Campo da Educação. **Revista Mosaico**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015

GHIONE, Roberto. **Periferias: um desafio para as cidades**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Periferias-um-desafio-para-as-cidades/4/26366>. Acesso em: 16/02/2020.

GIL, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995; 2007.

LIBÓRIO, Daniela Campos; JÚNIOR, Nelson Saule. **Princípios e instrumentos da política Urbana**. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>. Acesso em: 10/10/2019.

LIMA, Jonas Henrique. **Como surgiram as primeiras cidades?** Disponível em: https://jonashenriquelima.wordpress.com/2011/07/06/como_surgiram_as_primeiras_cidades/ Acesso em: 20 de outubro de 2019.

MARES, Rizia Mendes. **A periferia pobre e a produção do espaço urbano: o caso de Vitória de Conquista/BA**. SEURB – II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção dos espaços. 19,20 e 21 de Agosto de 2013.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Políticas de Desenvolvimento Urbano**. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/politica-urbana/>. Acesso em: 06/11/2019.

MIRANDA, Ângelo Tiago de. **Urbanização do Brasil – Consequências e características das cidades**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>. Acesso em 22/02/2020.

MOUTINHO, Wilson Teixeira. **Surgimento das Primeira Cidades**. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/geografia/surgimento-primeiras-cidades>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

PAULA, Camila. **Como ocorre o processo de urbanização? Quais seus principais conceitos?** Disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/como-ocorre-o-processo-de-urbanizacao-quais-seus-principais-conceitos/4BB/>. Acesso em 19/01/2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Urbanização**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/urbanizacao.htm>. Acesso em: 10/12/2019.

_____. **Urbanização Brasileira**. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/urbanizacao-brasileira.htm>. Acesso em 09/02/20.

PINTO, Tales dos Santos. **"Evolução das cidades"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/evolucao-das-cidades.htm>. Acesso em 24 de outubro de 2019.

REIS, J.R.G(org). Vigilância em Saúde Ambiental; interferência do ambiente na saúde humana em um município de M. Gerais. **Revista Brasileira de Clínica Médica**. São Paulo, 2012, v.12, n.2, p:24-29.

SILVA, Jeferson. **O surgimento das primeiras cidades.** Disponível em: <https://medium.com/@blogdojsilva/o-surgimento-das-primeiras-cidades-7973e8799757>. Acesso em: 11 de outubro de 2019.

SILVA Regina Celly Nogueira da & SOUTO, Macêdo Celênia de. **A produção do espaço urbano.** Aula 2. Brasília: Programa Universidade a Distância - UNIDIS – Grad. 2009.

SOUSA, Rafaela. **"Urbanização";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/urbanizacao.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TAVARES, Sara Rebello. **Sessão III – Financiamento do Desenvolvimento Urbano.** In: *Discutindo a Política Urbana no Brasil – registros do Seminário Internacional sobre Política Urbana: 15 Anos de Estatuto da Cidade e o Brasil na Nova Agenda Urbana (Habitat III).* Org. COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva e FAVARÃO, Cesar Buno. Rio de Janeiro: IPEA: INCT, 2018.

TONELLA, Celena. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100003. Acesso em: 22/11/2019.

APÊNDICE

MODELO DE QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DA(S)
RUA(S) DA PERIFERIA DA CIDADE DE BOA VISTA/PB

VARIÁVEL: espaço urbano

FONTE: Iolanda Nádia de Oliveira Araújo

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

SEXO () F () M

IDADE _____

ESTADO CIVIL

() solteiro (a) () casado (a) () divorciado (a) () outros

ESCOLARIDADE

() Ensino fundamental I completo () Ensino fundamental I incompleto () Ensino fundamental II completo () Ensino fundamental II incompleto () (Ensino superior completo () Ensino superior incompleto

FAMÍLIA: Tem filhos?

Sim () não ()

1 HÁ QUANTO TEMPO MORA NESSA RUA?

2 SEMPRE MOROU NESSA RUA?

Sim () Não ()

3 EM CASO DE NÃO, VEIO DO?

() campo () outro município, qual? _____

4 MORADIA () casa própria () aluguel

5 FONTE DE RENDA

() trabalhador informal () empregado com carteira assinada () desempregado () aposentado.

6 RECEBE ALGUM TIPO DE AJUDA DO GOVERNO

() bolsa família, outros; () sim () não

7 VOCÊ ACHA QUE ESSA RUA CRESCE DE FORMA DESORDENADA?

Sim () Não ()

8 ESSA RUA TEM INFRAESTRUTURA BÁSICA COMO: ÁGUA ENCANADA E REDE DE ESGOTO?

Sim () Não ()

9 ESSA RUA É VIOLENTA?

Sim () Não (); no caso de sim, que tipo de violência?

10 VOCÊ ACHA QUE SUA CASA É UM AMBIENTE SEGURO?

Sim () Não ()

11 QUÃO SATISFEITO (A) VOCÊ ESTÁ COM A SUA SEGURANÇA FÍSICA (ASSALTOS, INCÊNDIOS, ETC.)?

12 - QUÃO SATISFEITO(A) VOCÊ ESTÁ COM O SEU ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE?

13 QUAIS PROBLEMAS VOCÊ IDENTIFICA NESSA RUA?

() coleta de lixo () esgoto () trânsito () escoamento de água () fornecimento de água potável () calçamento () áreas de risco () atendimento

14 O QUE VOCÊ ACHA QUE PODE MELHORAR NA RUA? COMO?

15 QUAL SUA OPINIÃO SOBRE AS AÇÕES QUE A PREFEITURA REALIZA NA RUA?

AGRADECIMENTOS

À Deus, grande Autor da vida, por Seu amor infinito, Seu cuidado, planos de vitórias e realizações que tem projetado em nosso ser, por ter me levantado e me sustentado em toda essa caminhada.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pela a oportunidade de me tornar uma profissional de coração grato e aberta a abraçar o dom dado por Deus.

Ao Departamento e à Coordenação do Curso de Geografia, pela cooperação e eficiência em todos os momentos em que busquei por uma orientação.

Aos professores do Curso de Geografia da UEPB, pela dedicação, especialmente, a minha Orientadora, Professora e Mestre Maria das Graças Ouriques Ramos que, incansavelmente, me ajudou a produzir e concluir esse oportuno trabalho, pela paciência e disponibilidade, minha eterna admiração e gratidão pelas leituras sugeridas ao longo da orientação da pesquisa.

A banca examinadora professores Dra. Joana d’Arc Araújo Ferreira e Ms. Francisco Evangelista Porto, pela colaboração nesse trabalho, fica meus agradecimentos.

Minha mãe Nelijane, que sempre me incentivou a continuar meus estudos, por seu enorme amor e serenidade, ela que sempre foi o meu alicerce e continua sendo o maior exemplo a ser seguido.

A meus irmãos Izolda Nagle e Isaias Nelson, pelo apoio, torcida e amparo nos momentos de dor e luta, obrigada por tudo.

Minha filha Geovanna, por sempre me inspirar a nunca desistir dos meus sonhos.

A todos os amigos, amigas e colegas de classe pela força e amizade.

Minha família e aos que participam de minha vida, fica minha GRATIDÃO.